



7ª VARA CÍVEL - FORO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – TJ/SP

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) dos bens imóveis abaixo descritos, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **KIT GLASS INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA (CNPJ/MF Nº 09.197.437/0001-31)**, **ALEX ANDERSON PASCHOAL (CPF/MF Nº 172.354.408-64)**, e seu cônjuge **DANIELA DA CUNHA COLPANI PASCHOAL (CPF/MF Nº 131.459.268-88)**, ora coproprietária; os terceiros interessados: **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PORTAL MAGISTRALE (CNPJ/MF Nº 14.550.921/0001-32)** e **JOSÉ EDUARDO PEREIRA (CPF/MF Nº 089.816.668-30)**; bem como os credores: **DEBORA CRISTINA SUGIMURA (CPF/MF Nº 184.986.028-90)** e **BANCO BRADESCO S/A (CNPJ/MF Nº 60.746.948/0001-12)**.

O MM. Juiz de Direito Dr. Fernando de Oliveira Domingues Ladeira, da 7ª Vara Cível – Foro de São Bernardo do Campo, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (CNPJ/MF Nº 90.400.888/0001-42)** em face de **KIT GLASS INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA (CNPJ/MF Nº 09.197.437/0001-31)** e **ALEX ANDERSON PASCHOAL (CPF/MF Nº 172.354.408-64)**, nos autos do **Processo nº 1027530-84.2021.8.26.0564**, e foi designada a venda dos bens descritos abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - BENS: **IMÓVEIS: LOTE 01 - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Alípio Correa Neto, nº 100, Planalto, São Bernardo do Campo/SP – CEP: 09890-460 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um imóvel com 262,33m² de área construída e 141,25m² de área total, anteriormente descrito como um terreno designado como sendo quadra nº 06, localizado na Rua Professor Alípio Corrêa Neto, na “Vila Washington”, medindo: 5 metros de frente para a referida Rua, tendo nos fundos a largura de 5,85 metros, em linha inclinada; da frente aos fundos, pelo lado direito de quem de frente olha o terreno, mede 27,50 metros, pelo lado esquerdo, também da frente aos fundos, mede 29 metros, encerrando uma área de 141,25m², confrontando em ambos os lados com Domingos Lerário, e s/mr. ou sucessores, e pelos fundos, com quem de direito.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	015.075.017.000	
Matrícula Imobiliária nº	5.406	2º Cartório de Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo/SP

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Credores
R. 21	12/04/2017	Caução	-	José Eduardo Pereira
Av. 22	25/03/2022	Ajuizamento de Ação	Proc. nº 1027530-84.2021.8.26.0564	Banco Santander (Brasil) S/A
Av. 23	16/11/2022	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1001703-46.2017.5.02.0462	Débora Cristina Sugimura
Av. 24	16/11/2022	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1001703-46.2017.5.02.0462	Débora Cristina Sugimura
Av. 25	15/08/2023	Penhora	Proc. nº 1001703-46.2017.5.02.0462	Débora Cristina Sugimura





Av. 26	19/10/2023	Penhora Exequenda	Proc. nº 1027530-84.2021.8.26.0564	Banco Santander (Brasil) S/A
Av. 27	23/10/2023	Ajuizamento de Ação	Proc. nº 1030224-26.2021.8.26.0564	Banco Bradesco S/A
Av. 28	24/10/2023	Penhora	Proc. nº 1030224-26.2021.8.26.0564	Banco Bradesco S/A

VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 725.000,00 (Mai/2024 – Laudo de Avaliação às fls. 277/324).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 732.054,25 (Ago/2024). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: Não há débitos até a data de confecção deste edital. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional).

LOTE 02 - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL: Rua Américo Brasiliense, nº 575, vaga de garagem nº 42, do Condomínio Residencial, Portal Magistrale, Centro, São Bernardo do Campo/SP – CEP: 09715-021 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Vaga de Garagem Simples nº 42 situada no 2º subsolo do empreendimento imobiliário denominado “Condomínio Residencial Portal Magistrale”, com acesso pelo nº 575 da Rua Américo Brasiliense, com capacidade para guardar na vaga um automóvel de passeio de porte médio no padrão nacional. Tendo 10,010m² de área privativa real, 1,827m² de área comum real de divisão proporcional, 11,837m², de área total construída real, fração ideal de terreno e demais coisas de uso comum igual a 0,0295%, equivalente a 1,022m² no terreno. A vaga de garagem confronta no sentido de quem a observa de circulação de veículos, na frente com a área de circulação; no lado direito confronta com a área livre e pilar entre a própria vaga e a vaga nº 43; no lado esquerdo confronta com a vaga de garagem nº 41; e nos fundos, confronta com a vaga de garagem nº 49.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº	001.024.071.000	
Matrícula Imobiliária nº	123.096	1º Ofício de Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo/SP

ÔNUS

Registro	Data	Ato	Processo/Origem Ato	Beneficiário/Observações
Av. 04	02/03/2022	Ajuizamento de Ação	Proc. nº 1027530-84.2021.8.26.0564	Banco Santander (Brasil) S/A
Av. 05	07/07/2023	Indisponibilidade de Bens	Proc. nº 1001703-46.2017.5.02.0462	Débora Cristina Sugimura
Av. 06	18/10/2023	Penhora Exequenda	Proc. nº 1027530-84.2021.8.26.0564	Banco Santander (Brasil) S/A

OBS.: A Convenção do Condomínio Residencial Portal Magistrale restringe aos condôminos a propriedade de vagas de garagem, e em função disso somente os condôminos poderão participar do leilão.





VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 36.600,00 (Mai/2024 – Laudo de Avaliação às fls. 277/324).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 36.956,12 (Ago/2024). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: Eventuais débitos tributários ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional).

DÉBITO CONDOMINIAL: Eventuais débitos condominiais ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 908, §1º, do CPC e Decisão de fls. 334/335).

OBSERVAÇÕES PARA TODOS OS LOTES:

OBS.01: Foi deferida a penhora de 50% de propriedade do executado em relação ao presente imóvel (Decisão de Fls. 192/193), de modo que será realizado o leilão da integralidade do bem nos termos do artigo 843 do CPC.

OBS.02: Os lotes poderão ser arrematados individualmente ou em conjunto.

DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 811.214,24 (Ago/2024 – Fls. 344).

02 – DATAS: A 1ª Praça terá início no dia **04 de outubro de 2024, às 14 horas, e se encerrará no dia 07 de outubro de 2024 às 14 horas.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 07 de outubro de 2024, às 14 horas, e se encerrará em 31 de outubro de 2024, às 14 horas.**

03 – CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 60% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária). O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

04 - LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).





05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

06 – ARREMATAÇÃO PELA PARTE EXEQUENTE: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 – QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

08 – PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

10 – FRAUDE EM LEILÃO: Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado, nos termos do item 09, a pagar a comissão sobre o lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).





12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS: O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os decorrentes de débitos de condomínio (artigo 908, §1º, do CPC e Decisão de fls. 334/335), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

13 – PLURALIDADE DE CREDORES: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

14 – PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATAÇÃO: A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

17 – VENDA DIRETA: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo nos termos do Item 03 deste Edital, estas serão levadas à apreciação e aprovação deste MM Juízo.

18 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Curupacê, nº 260, Mooca - CEP 03120-010 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 97830-1644. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.





ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

19 – PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 14 de agosto de 2024.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES LADEIRA
JUIZ DE DIREITO



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

